

Entrevista com Daniela Nogueira Soares

Em março de 2018, a Equipe Coleciona entrevistou a Doutora Daniela Nogueira Soares, Pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília, que contou um pouco da sua trajetória profissional, envolvendo a reflexão acerca da incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de água.

COLECIONA: *conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, envolvendo temáticas socioambientais.*

DN: Há mais de 15 (quinze) anos venho trabalhando com água e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH). Minha trajetória profissional é marcadamente acadêmica, mas também tive um diversificado leque de experiências profissionais em organizações governamentais e não governamentais nessa área. Na vida acadêmica iniciei minha trajetória na gestão de águas durante o mestrado no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB) quando comecei a integrar o grupo de pesquisadores do Projeto Marca D'Água. Ao longo do doutorado em sociologia (UnB/ Paris 8) analisei como a incorporação da equidade de gênero no desenho metodológico de programas de acesso à água por meio de tecnologias sociais, como as cisternas de captação de água de chuva, podem potencializar os resultados dessas iniciativas e tornar essas políticas mais efetivas.

No Governo Federal estive à frente da formulação e implementação do Programa Água para Todos - Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, uma das principais ações do Programa Brasil sem Miséria e coordenei os Diálogos Setoriais com o Ministério do Planejamento na busca de boas práticas para o abastecimento de populações em situação de extrema pobreza.

No Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente - Instituto IPANEMA – organização não governamental com longa tradição na GIRH, coordenei diversas iniciativas, cabendo aqui destaque para a elaboração de diagnósticos sobre a inclusão de grupos mais vulneráveis no Plano Nacional de Recursos Hídricos, coordenação de cursos e capacitações, elaboração de materiais e iniciativas que tem como objetivo

monitorar a Agenda 2030 e, particularmente, a interface entre o ODS nº 6 – Água e Saneamento e o ODS nº 5 – Igualdade de Gênero.

Sou pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB onde trabalho com segurança hídrica e estratégias de adaptação de grupos vulneráveis face ao contexto das mudanças climáticas e faço parte da Rede Clima e do Grupo de Pesquisa INCT ODISSEIA - Observatório das dinâmicas socioambientais: sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, ambientais e demográficas.

Também participo de diversas redes internacionais ligadas à gestão de águas o que me permite estar sempre em contato com o que há de mais inovador em termos de modelos e tecnologias de gestão para governança das águas. Tenho participado ativamente das edições do Fórum Mundial da Água desde a sexta edição em Marselha quando coordenei juntamente com representantes da ANA a programação técnica do Pavilhão Brasil. Venho participando intensamente da organização do 8º Fórum Mundial da Água que acontece em Brasília onde teremos várias iniciativas com essa temática além do lançamento da Rede Latino Americana de Água e Gênero.

COLECIONA: na sua opinião, quais aspectos são relevantes para a construção de conteúdos didáticos sobre a questão da água?

DN: Falar da água é falar da própria trajetória de desenvolvimento da humanidade. Grandes civilizações se ergueram às margens dos vários cursos d'água enaltecidos ao longo da história. A água é transversal pela sua própria natureza, ou seja, diz respeito a todas as pessoas, independente de classe, gênero, etnia ou geração e precisa ser pensada a partir de seus múltiplos usos, partindo, portanto, de uma abordagem e transdisciplinar e sistêmica. Nesse sentido, penso que os conteúdos didáticos acerca da questão da água precisam trazer elementos concretos do cotidiano das pessoas, para que elas possam se reconhecer nessas questões e situações, adquirir cada vez mais consciência da finitude e da complexidade da gestão desse recurso, bem como da importância de cada ser humano para proteção dos recursos hídricos.

COLECIONA: é possível diferenciar os impactos da implementação de políticas de água para homens e mulheres? Como surgiu a ideia de articular os estudos de gênero aos estudos relacionados à água?

DN: As políticas públicas impactam homens e mulheres de forma diferenciada, isso não é diferente com as políticas de água. Considerando que nas mais diversas culturas, apesar das mudanças, ainda são as mulheres de diferentes gerações as responsáveis pelo trabalho doméstico e a provisão de água para o abastecimento é considerada como parte desse universo doméstico, o acesso à água bem as questões relacionadas à quantidade, qualidade e regularidade

impactam diretamente as mulheres. Apesar dessa existência histórica de uma relação direta entre as mulheres e a água, a nível global o reconhecimento formal da importância de sua participação na provisão, gestão e manutenção das águas é bastante recente. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Dublin, Irlanda em 1992 constituiu-se como a primeira tentativa de estabelecer parâmetros comuns no que se refere à gestão das águas, cria uma institucionalidade internacional que restitui à gestão da água seu caráter sistêmico e reconhece a importância das mulheres no **“Princípio N° 3 – As mulheres desempenham papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água”**. No caso do Brasil, isso ainda não aconteceu no que se refere à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), uma vez que a nossa Lei das Águas - Lei 9.433/1997 - não recepcionou o Princípio 3 da Conferência de Dublin, justamente o que destaca o papel das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário e chama atenção para o fato de que sua centralidade não tem se refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos do País. A ideia de articular esses dois campos de estudo surge, portanto, das evidências da relação entre as questões de gênero e as questões relacionadas à água e ao pouco espaço dado a elas no processo de tomada de decisão das várias instâncias que compõem a estrutura de governança do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

COLECIONA: os ainda visíveis traços de uma sociedade patriarcal, de atribuir um papel subalterno às mulheres, marcam a trajetória de muitas famílias do semiárido brasileiro. Conte-nos sobre seu trabalho envolvendo pesquisas nesta região? Como deve ser discutida a questão da água com essas populações?

DN: A aridez que marca a vida no Sertão influencia o desenho da ocupação do território em sua dispersão sócio espacial, nos traços identificáveis no modo de vida, na organização da família e do poder. Essa configuração exacerba o isolamento e a consequente invisibilidade das mulheres tendo em vista que suas vidas estão basicamente restritas à reprodução do trabalho doméstico. Nessas regiões a desigualdade de gênero assume traços ainda mais claros uma vez que a pesada carga diária para a obtenção de água costuma recair sobre mulheres e meninas, o que implica em uma maior assimetria no que se refere à divisão sexual do trabalho doméstico afetando diretamente o bem-estar e fazendo com que muitas delas não possam frequentar a escola que dirá as reuniões da comunidade. O acesso à água por meio de tecnologias sociais como traz benefícios concretos como saúde, dinheiro e tempo para as famílias contempladas e particularmente para as mulheres, uma vez que estas têm seu trabalho reduzido. É nesse sentido que discutir a questão da água para essas populações insere-se em uma discussão mais ampla e complexa que articula relações de poder; divisão sexual do trabalho; organização social, vulnerabilidade social, adaptação e desenvolvimento.

Minhas pesquisas sobre a incorporação da equidade de gênero na formulação e implementação das políticas de recursos hídricos em regiões caracterizadas pela escassez de água indicam que a inclusão desse componente

programático impacta positivamente o processo de desenvolvimento da região, pois contribui para a ruptura da reprodução das desigualdades de gênero. O impacto do acesso à água abarca um feixe tal de relações que faz com que este sirva de instrumento para analisar a produção e/ou reprodução de outros fenômenos como é o caso das relações sociais de gênero, pobreza e desenvolvimento. Tal análise aumenta seu potencial explicativo quando associada à caracterização do espaço social sertanejo, a partir da articulação entre os principais traços de sua paisagem fisiográfica e o contexto histórico de sua ocupação e desenvolvimento. Essa associação explicita o nexo causal entre essas variáveis e seu impacto na divisão e organização social e sexual do trabalho, na conformação do caráter patriarcal de sua sociedade e conseqüentemente no lugar ocupado pelas mulheres.

A partir da recuperação das principais iniciativas relativas às políticas de desenvolvimento voltadas ao Semiárido, a análise deteve-se na criação da ASA, na formulação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e no processo de incorporação da perspectiva de gênero no referido programa como fruto de um *novo olhar* sobre a região, analisando-o à luz das inovações, rupturas e continuidades de seus resultados. De acordo com o desenho metodológico do programa, as famílias chefiadas por mulheres têm prioridade perante as demais na conquista da cisterna. Tal desenho é fruto da evidência do papel das mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semiárido e da ‘realidade empírica’ de que políticas de abastecimento de água na região rural beneficiam ‘naturalmente’ as mulheres. Todavia, a participação destas não é especificamente demandada no desenho do programa. O fato de ter como critério de desempate a seleção de famílias chefiadas por mulheres, somada à exigência da participação do responsável nas reuniões comunitárias assim como nos cursos de capacitação, resulta em um aumento potencial da demanda pela participação das mulheres nos assuntos da comunidade. No entanto, isto não foi observado devido à resiliência da cultura patriarcal.

A despeito da evidência da importância das mulheres para qualquer processo de desenvolvimento do Semiárido e do reconhecimento de que a dinâmica da gestão doméstica da água está nas mãos destas, a formulação de um conjunto de ações afirmativas que atendessem às demandas mais urgentes dessas mulheres foi objeto de muita resistência, não sendo contemplada no desenho metodológico do programa. Esse cenário foi alterado ao longo da implementação do mesmo com a entrada em cena da OXFAM, organização internacional que tem a perspectiva de gênero como um dos principais pontos de sua agenda na busca por soluções mais estruturais para a pobreza por meio da formulação e implementação de programas de desenvolvimento. Nesse encontro entre a agenda internacional e a realidade empírica do protagonismo das mulheres sertanejas na gestão doméstica da água e no que eu chamo de “desenhos do norte e alternativas do sul”, título da minha tese de doutorado, reside um momento estratégico da institucionalização da incorporação de gênero na gestão das águas nacionais.

COLECIONA: *a Política Nacional de Educação Ambiental tem entre seus objetivos fundamentais o incentivo à participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente. Tendo em vista as assimetrias ainda observadas na participação das mulheres em espaços de decisão sobre a gestão dos recursos hídricos, fale um pouco sobre este quadro e como ele pode ser revertido?*

DN: De acordo com dados do IBGE e TSE, 52% dos 142 milhões de eleitores brasileiros são mulheres. Essa proporção não se reflete no número de cargos de liderança ocupado por mulheres. Somos a maioria, mas estamos sub-representadas, na Câmara dos Deputados temos apenas 9% de deputadas e no Senado Federal 10% do total das cadeiras. No Poder Executivo, esse quadro não é diferente, apenas para pontuar alguns elementos do cenário nacional. A tímida representação feminina no Poder Legislativo se mantém inalterada mesmo depois da aprovação da Lei Eleitoral 9.100, de 1995, segundo a qual 20% dos postos deveriam ser ocupados pelas mulheres, sendo esse valor alterado para o mínimo de 30% em 1997. Os partidos políticos alegam dificuldades em atrair as mulheres para seus quadros, mas segundo alguns estudos, o fenômeno não decorre da carência de mulheres aptas a concorrer, mas sim do modo como os partidos estão estruturados. A composição partidária brasileira reflete o patriarcalismo da nossa sociedade, que apesar dos inúmeros avanços ainda naturaliza a baixa representação das mulheres no cenário político do País. No que diz respeito à gestão de recursos hídricos, a situação é ainda mais crítica, trata-se de um setor no qual a maioria dos participantes, gerentes e tomadores de decisões é composta de homens e a questão das desigualdades de gênero passa muitas vezes sem ser percebidas. Nesse cenário, a busca do equilíbrio de gênero nas diversas instâncias do SINGREH torna-se uma condição necessária para uma gestão mais inclusiva e, conseqüentemente, mais efetiva. As mulheres precisam ser sensibilizadas para a questão da água e para desempenhar um papel de protagonistas na gestão de recursos hídricos. Para isso, precisamos de capacitação, dados desagregados por sexo, políticas transversais no mais alto nível da gestão pública e instituições fortes para garantir avanços que promovam o empoderamento das mulheres no setor de água.

COLECIONA: *há políticas consolidadas que possuem a perspectiva de gênero já incorporada? Se sim, quais são e quais os principais ganhos observados?*

DN: A ampliação da atuação dos governos na formulação e implementação de políticas públicas nos últimos anos foi acompanhada pela inclusão de novos atores e agendas, e também pela inclusão de temas transversais que como o próprio termo já diz, permeiam várias políticas. Cabe aqui destaque para a questão de gênero. Nesse sentido, faz-se necessário diferenciar iniciativas

voltadas especificamente para mulheres daquelas que privilegiam uma abordagem de gênero. Dentre as primeiras podemos citar exemplos importantes relacionados ao campo da saúde e do combate à violência contra a mulher. Iniciativas que fizeram a diferença na vida das mulheres como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo saúde mental e ocupacional, ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção do câncer e iniciativas na área do planejamento familiar, de forma a romper com a formulação e implementação de programas exclusivamente voltados para a saúde materno-infantil. No que diz respeito ao combate à violência, temos a formulação de políticas que articulam assistência social e segurança pública, com programas voltados para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica), criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e abrigos. No campo da equidade de gênero, destaco ações de geração de emprego e renda e também educação. Nessa linha temos projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao incremento da renda familiar. A criação de selos como o Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial da Mulher, garantia de acesso a crédito rural como o Pronaf Mulher, incentivos à criação ou continuidade de pequenos negócios e a incorporação por esses programas da perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho. Na garantia de acesso à educação, cabe destacar a reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca de seus direitos, premiações de iniciativas que valorizem a formação de mulheres em áreas de estudo tradicionalmente ocupadas por homens, além da extensão da rede de creches e pré-escolas que também colaboram para o binômio igualdade de gênero-trabalho.

COLECIONA: é possível dar algumas dicas de como a perspectiva de gênero pode ser incorporada na formulação de políticas públicas que possuam componentes educativos?

DN: A equidade de gênero deve ser incorporada em todas as fases dos diversos ciclos do processo de formulação e implementação de políticas públicas. Todas elas apresentam, ou pelo menos deveriam apresentar, algum componente educativo. Sendo assim, e voltando a pergunta anterior sobre componentes didáticos, penso que os componentes educativos precisam ser trabalhados a partir de situações concretas e de experiências vividas de forma a potencializar a internalização e apreensão dos conteúdos trabalhados. E assim sendo, precisam ser construídos à luz do público ao qual se destinam. No que diz respeito especificamente aos conteúdos relacionados à equidade de gênero, creio que sua principal função dever ser desnaturalizar as desigualdades existentes na respectiva área na qual a política pública se insere.